



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU

SECRETARIA: Secretaria dos Transportes Metropolitanos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 237/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU, número SIC em epígrafe, sobre gratuidade da passagem de idoso.
2. Em resposta, foram prestados esclarecimentos, e a solicitante perguntou quais os transportes gratuitos atenderiam ao trajeto especificado, pedido este indeferido. Na sequência, a interessada interpôs o presente recurso, cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em relação ao pedido original, deve-se registrar ter sido adequadamente atendido, considerando a manifestação informando que a norma reguladora do benefício concedido aos idosos excepciona os serviços seletivos e especiais, dando pleno cumprimento, portanto, ao disposto no artigo 11, caput, da Lei n. 12.527/2011.
4. Em sede recursal, a análise da manifestação permite concluir que a recorrente solicitou pedido diverso do inicial. Diante disso, a EMTU instruiu a interessada a fazer novo pedido com a indicação dos locais de embarque e desembarque da usuária. Deve-se lembrar que a inovação do pedido no âmbito recursal não se coaduna com a sistemática da Lei de Acesso à Informação, por subtrair ao demandado a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso.
5. Ilustrativo, nesse sentido, posicionamento externado pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, do Governo Federal, ao justificar a Súmula 002/2015: “Esta súmula apresenta regra geral para o conhecimento de recursos interpostos no âmbito do processo administrativo de acesso à informação, segundo a qual somente deverá ser objeto de apreciação por instância superior matéria que já haja sido apreciada pela instância inferior. Nesse sentido, a alteração da matéria do pedido de acesso à informação ao longo dos recursos, quando leve ao aumento do seu escopo ou à sua mudança de assunto, poderá não ser objeto de apreciação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

pela instância superior, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição, uma vez que o conhecimento de matéria estranha ao objeto inicial, quando levado à apreciação somente da última instância administrativa, pode levar à sua supressão, em prejuízo do administrado”.

6. Verifica-se, portanto, que o pedido vertido em esfera recursal revela falta de identidade com a demanda analisada inicialmente pelo órgão recorrido, resguardando-se o direito da interessada de formular novo pedido de acesso no endereço www.sic.sp.gov.br, gerando assim, novo número de protocolo SIC.
7. Diante do exposto, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da Lei, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 19 de agosto de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO